

## **A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário**

Licínio Cunha

### **Resumo**

Ao longo de todo o século XX os organismos internacionais reconhecem a necessidade de definir os conceitos básicos do turismo com o fim de obter estatísticas comparáveis. Inicialmente fizeram-no tendo em vista apenas as relações internacionais de que resultou um conceito restritivo do turismo. À medida que as viagens se foram alargando a todos os países e estratos populacionais, tais organismos foram adoptando as definições até chegar à actual, aprovada pela Comissão de Estatísticas da ONU em 1993. Apesar do largo consenso que obteve, apresenta, contudo, algumas dificuldades.

Ao mesmo tempo, os autores e investigadores procuraram definir o turismo, não já com a preocupação de elaborar estatísticas, mas na tentativa de caracterizar uma actividade complexa que emergindo no princípio do século, se viria a transformar numa das maiores actividades económicas mundiais. Contudo, também destas definições não resulta a clara compreensão do fenómeno turístico nem abarcam toda a sua realidade.

O presente trabalho pretende identificar as insuficiências de uma e de outras com o objectivo de contribuir para encontrar uma definição que possa merecer a aceitação por parte da comunidade científica.

Palavras – chave: visitante, turismo, motivos, deslocação, recursos, actividades.

## Introdução

A percepção do turismo como uma nova actividade humana geradora de múltiplos efeitos foi-se formando lentamente mas é no período de transição do século XIX para o século XX que surgem as primeiras tentativas da sua definição.

Inicialmente são os filósofos – Montaigne (1581), Locke (1679) ou Francis Bacon (1612) – que evidenciam os aspectos educativos e instrutivos das viagens e, bastante mais tarde são os escritores que dão conta dos seus efeitos económicos. É o caso do francês Stendhal (1830), considerado o introdutor da palavra “touriste”, ou do português Alexandre Herculano (1938) que, quase em simultâneo, evidenciam os ganhos que os países obtêm pelas visitas de estrangeiros para desfrutar das paisagens (o primeiro) ou dos monumentos (o segundo).

Durante muito tempo os turistas eram os “viajantes ingleses que se deslocavam a França, Itália ou Suíça” apenas por motivos de instrução, curiosidade e descontração (Litré, cit. Boyer, 2002) mas à medida que as viagens se foram alargando a outras nacionalidades e a outros motivos, geraram-se duas alterações profundas: a) em primeiro lugar, as viagens deixaram de ser apenas itinerantes (nomadismo) para terem um carácter também sedentário originando a criação de destinos turísticos como espaços organizados com o fim de atrair e receber visitantes temporários e, b) em segundo lugar, o alargamento dos motivos de viagem (repouso, saúde, diversão) aumentou o número dos viajantes que passavam a ser considerados também como turistas.

O turismo emerge, então, como actividade económica e começa a sentir-se a necessidade de o identificar por forma a ajudar à sua compreensão e à sua caracterização, ou seja, de o definir.

É, no entanto, a partir do nascimento do turismo moderno, nos anos cinquenta do século passado que surge a necessidade da sua definição. Primeiro, segundo um ponto de vista técnico, estatístico, e depois, sob o ponto de vista conceptual para delimitar o seu âmbito e compreender o seu funcionamento.

Desde então têm-se multiplicado as definições havendo “tantas quantas os autores que tratam o assunto”, o que encontrará justificação no “facto de o turismo se encontrar ligado, praticamente, a quase todos os sectores da actividade social humana” (Beni, 2005).

Do ponto de vista técnico há um longo caminho percorrido, em regra sob os auspícios da ONU, mas é duvidoso que as definições oficialmente em vigor, e que servem de orientação às organizações governamentais, possam ser duradouras pelas ambiguidades que contêm. Do ponto de vista conceptual algumas dão primazia aos aspectos económicos, outras aos sociais e culturais,

outras aos antropológicos e outras ainda aos geográficos mas “o turismo pode ser entendido para envolver uma larga área de fenómenos” (Tribe, 1997).

A variedade das definições existentes não devem ser desprezadas porque podem contribuir para encontrar um conceito para “fornecer o arcabouço teórico para identificar as características essenciais do turismo” (Theobald, 2001) mas, no estado actual, não ajudam à credibilização científica do turismo e muito menos à sua aceitação como disciplina ou ciência. Pelo contrário, são causa de confusão, de dificuldade de compreensão e, muitas vezes, ajudam a emprestar seriedade a actividades que reclamam reconhecimento político ou aceitação por parte da opinião pública obtendo a qualificação de “turísticas” que uma análise rigorosa recusaria.

Pelo presente trabalho pretende-se identificar criticamente as definições mais divulgadas e com isso contribuir para o estabelecimento de uma definição de carácter holístico que possa ser utilizada para:

- O necessário enquadramento das actividades turísticas;
- Possibilitar a distinção entre aquilo que cabe no âmbito do turismo e aquilo que ele não abrange;
- Estabelecer parâmetros para o conteúdo de investigação;
- Estabelecer as fronteiras dos estudos turísticos e a sua categorização (Tribe, 2006);
- Possibilitar a avaliação económica e social do turismo e os seus efeitos;
- Fornecer um referencial, claro e preciso, para as políticas públicas;

O conhecimento do turismo tem registado uma evolução muito positiva e passou a interessar a investigadores de variadíssimos ramos do saber de todos os continentes, mas não se reduziram os vários significados que ao turismo se atribuem. E por isso, a análise epistemológica do turismo continuará a ser “objecto de confusão a não ser que seja feita uma distinção clara entre os vários significados do turismo” (Tribe, 1997).

O que será útil, contudo, não é o de “vários significados” mas antes o de conseguir um significado que convenha a todos os investigadores seja qual for o seu ramo de conhecimento.

## Revisão das definições

Historicamente o primeiro conceito a ser esboçado foi o de turista e só mais tarde surgem as tentativas de definição de turismo tendo como referência fundamental aquele.

O primeiro surge, nos dicionários e, o segundo, tem origem no meio académico. Depois, por razões decorrentes das relações internacionais, tornou-se necessário precisar o significado do termo “turista”, ficando de fora o termo “turismo”.

Porque um – turista – passou a ser fundamentalmente usado para fins estatísticos e o outro - turismo – para identificar uma actividade, é conveniente analisar em separado a evolução de cada um deles.

### **As definições operacionais de turista**

A primeira definição oficial de “*turista*” surge em 1937, no âmbito da Sociedade das Nações (SDN) para ajudar ao estabelecimento de comparações em matéria de estatísticas internacionais. Com este fim, o termo “*turista*” passou a aplicar-se a todas as pessoas viajando por uma duração de 24 horas ou mais num país diferente daquele onde tem a sua residência habitual. Para facilitar a aplicabilidade do conceito o Conselho da SDN decidiu enumerar as categorias de pessoas que eram consideradas como turistas e aquelas que o não eram (IUOTO, 1973) mas não estabelecem qualquer limite máximo à duração da viagem.

Anos mais tarde, a IUOTO, recomendou alterações à definição anterior, entre as quais, a exclusão do termo turista, dos “*excursionistas*” e dos “*viajantes em trânsito*”. A Comissão de Estatísticas da ONU, que substituiu a SDN, decidiu, em 1953, introduzir o termo “visitante” com a seguinte definição: “não residente tendo a intenção de permanecer no país durante um ano no máximo, sem aí exercer uma profissão remunerada”. Não acolheu as sugestões da IUOTO e fixou o limite máximo de duração de permanência em 12 meses.

No ano seguinte, a Convenção das Nações Unidas sobre facilidades alfandegárias em favor do turismo deu uma definição de turista diferente da anterior, considerando-o como “toda a pessoa (...) que entra num estado contratante diferente daquele onde reside habitualmente e aí permaneça pelo menos 24 horas e não mais de 6 meses, desde que a sua viagem seja devida a um motivo legítimo diferente da imigração tal como turismo, diversão, desporto, saúde, razões familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios”. Note-se a introdução do motivo de viagem com um sentido diferente daquele que já havia sido incluído em 1937 que abrangia as razões familiares, a saúde ou os negócios.

Posteriormente, em 1963, a Conferência das Nações Unidas sobre o turismo e as viagens internacionais, realizada em Roma, adota o termo *visitante*. Sublinhando que se destina a fins estatísticos, este termo “designa toda a pessoa que se desloca a um país diferente daquele onde tem a sua residência habitual, por qualquer razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada”. Acrescenta que esta definição cobre duas categorias de visitantes: “*turista*” e “*excursionista*”.

Esta definição veio a ser aceite pela Comissão de Estatísticas da ONU em 1968 mas deixou a cada país a utilização da categoria “*excursionista*” ou “*visitante do dia*”. No entanto, a Conferência das Nações Unidas sobre o comércio e o desenvolvimento (CNUCED) emitiu uma série de Directivas para o estabelecimento das estatísticas do turismo que vieram a ser publicadas em 1971. A partir de então, passaram a ser utilizadas as definições recomendadas pelo IUOTO em que o termo visitante se mantinha com o significado atribuído em 1963 com as suas subdivisões em:

“*Turistas*”: os visitantes que permanecem mais de 24 horas ou os que passam pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento no país visitado e cujos motivos de viagem podem ser agrupados em:

- i) Lazer (diversões, férias, saúde, estudos, religião e desportos)
- ii) Negócios, família, missão, reunião.

“*Excursionista ou visitante do dia*”, visitantes que permanecem menos de 24 horas no país visitado ou aí não passam uma noite num estabelecimento de alojamento.

Considerando que estas definições se referiam apenas ao turismo internacional, em 1983, a Organização Mundial de Turismo (OMT), que entretanto substituíra a IUOTO, passou a integrar na definição de turismo “os visitantes nacionais”, ou seja, o turismo doméstico.

Finalmente, em 1993 a Comissão de Estatística da ONU adoptou a definição que passou a vigorar desde então segundo a qual o termo “*visitante*” é o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo, dividido nas categorias de “*turistas*” e “*visitantes do dia*” com o seguinte significado (United Nations, 1994):

*Visitante* é qualquer pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer uma actividade remunerada no local visitado;

*Turistas*: visitantes cuja estada é pelo menos de uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado;

*Visitantes do dia*: visitantes que não passam uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado.

Esta ultima definição culmina um longo período de 56 anos de evolução do conceito de turista e determina uma realidade económica e social com contornos e amplitude muito diferentes daquela a que conduziu o conceito inicial. Pela alteração do conceito, o turismo passou a abranger profissões, empresas e actividades que anteriormente lhe escapavam e procura corresponder “às mudanças na natureza e significado do turismo no mundo e ao seu potencial para o crescimento futuro (United Nations, 1994, pp. 4).

O caminho percorrido originou importantes diferenças conceptuais baseadas nos motivos e na duração das viagens, na origem dos visitantes, nos territórios visitados e na utilização dos meios de alojamento. Com efeito, a evolução ocorrida incidiu nos seguintes elementos da definição:

Motivos (fins) da viagem: a actual definição não modifica significativamente a lista dos motivos considerados anteriormente mas procede à sua sistematização para “avaliar os segmentos da procura turística”, e inclui alguns novos que decorrem da evolução da própria sociedade (algumas de carácter profissional e, outras, por razões de saúde);

Duração da viagem: começou por ser fixada apenas uma duração mínima, passou-se, depois, também para uma duração máxima, abandonada mais tarde, para, finalmente, se estabelecer apenas uma duração máxima;

Origem dos visitantes: o conceito de turista inicial e de visitante, posteriormente adoptado, implicavam a ausência de “residência habitual”, sendo, actualmente, substituída pelo “ambiente habitual”;

Território visitado: até 1983 só eram considerados turistas as pessoas que se deslocassem a um país estrangeiro mas, a partir daquele ano, passaram a incluir-se, no mesmo conceito, aquelas que se deslocavam no interior do seu país de residência dando lugar ao conceito de turismo doméstico ou interno;

Utilização de meios de alojamento: é esta utilização que passou a distinguir os turistas dos visitantes do dia, designação, esta, que substituiu a de “excursionistas” embora já constassem da definição de 1963;

Actividade não remunerada: foi introduzida em 1953 pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (ONU) e retomada em 1963 pela Conferência de Roma por proposta da IUOTO, mantendo-se, desde então, como elemento fundamental que caracteriza as viagens turísticas.

Apesar do aperfeiçoamento alcançado com as actuais definições continuam a suscitar-se algumas questões em particular, no que respeita ao ambiente habitual e à passagem de uma noite num alojamento turístico.

A introdução do “ambiente habitual” visou excluir do conceito de visitante as pessoas que se deslocam cada dia ou semana entre a sua casa e o local de trabalho ou de estudo (dimensão frequência) bem como os locais próximos da sua residência (dimensão distância). Tratando-se “em parte, de uma construção mental que depende das pessoas” (OMT, Manual Technique, pp. 23) tendo um carácter arbitrário, o ambiente habitual não pode ser um espaço geográfico determinado mas, antes, um critério para identificar as pessoas que têm um certo tipo de vida em resultado, principalmente, do alargamento dos espaços urbanos e das facilidades de deslocação. E nesse caso, mantêm-se algumas dificuldades que o critério não resolve.

Atentemos no caso dos residentes de um país em locais próximos da fronteira de outro país onde são oferecidas melhores condições de qualidade e de preço na venda de certos produtos ou na prestação de certos serviços. Não havendo limitações à circulação, tais residentes deslocar-se-ão com frequência ao país vizinho para efectuarem compras e, nesse caso, seriam excluídos do conceito de visitante. No entanto, transferem para esse país riqueza gerada no local da sua residência efectuando uma despesa (importação). Ora tal como as exportações de bens para um país próximo não perdem a sua natureza em razão da distância entre os centros de produção e de consumo também um viajante não perde o carácter de visitante pelo facto de percorrer habitualmente uma distância mínima fixada arbitrariamente. Apesar disso, a OMT só os inclui se viajarem fora do seu ambiente habitual (Manuel Technique, pp. 84).

Do mesmo modo, uma pessoa que, por razões profissionais se desloque semanalmente a um local distante da sua residência onde auferir a sua remuneração, digamos 200 km, implicando aí a permanência de 1 ou 2 noites num estabelecimento hoteleiro não pode deixar de ser considerado como turista. No entanto, pelo critério da frequência implícito no conceito de “ambiente habitual” não o deveria ser.

A aplicabilidade do conceito de “ambiente habitual” apresenta grandes dificuldades, é arbitrária e nem a consideração das unidades administrativas, nem a distância mínima ou a sua duração permitem ultrapassar cabalmente as dificuldades que levanta. É um conceito mais útil do que o da residência mas sendo mais impreciso introduz falta de rigor na determinação dos fluxos turísticos, na sua avaliação e na investigação dos efeitos económicos e sociais que provocam.

No que se refere à passagem de uma noite num alojamento turístico não se levanta nenhuma questão quando ela ocorra num dos alojamentos que constituem os grupos primários da classificação da ONU (1994), desde que se considere como dormida a ocupação de um quarto. Contudo, a OMT considera como uma “noite” quando a data de chegada e de partida forem diferentes o que não é prático nem correcto: uma pessoa que chega a um hotel às 3 horas da manhã e só sai às 12 horas, ocupou um quarto e o hotel registou uma dormida, e não pode ser excluída do número de visitantes. Se o for teremos uma dormida sem visitante!

Também uma questão pouco clara ocorre na utilização de uma casa familiar por amigos ou parentes. As normas estatísticas da OMT excluem-na mas a Conta Satélite do Turismo considera que a prestação de alojamento privado por uma família a membros doutra família se inclui no consumo turístico (OMT, 1999 pp. 28/29).

Mas o problema complica-se quando alguém passa a noite no local visitado divertindo-se num “night-club”, dormindo no seu veículo fora de um “estabelecimento para camping turístico”, assistindo a um espectáculo ao ar livre onde permanece durante a noite e depois regressa a casa, ou em qualquer outra situação similar. Passa a noite mas não num alojamento colectivo ou privado e, então, não poderá ser classificado como turista. Poderão não ser situações significativas mas ocorrem.

Contudo, a maior dificuldade advém da definição de alojamento turístico. As Nações Unidas e a OMT (1994) definem-no como “toda a instalação que, de modo regular ou ocasional, fornece aos turistas alojamento por uma noite”, mas, ao mesmo tempo, o turista é definido como tal por passar, pelo menos, uma noite num estabelecimento de alojamento colectivo ou privado. Temos então que o alojamento é turístico porque um turista aí passa a noite e um turista é um visitante que lá passa a noite. É um ciclo vicioso que não permite definir nem um nem outro.

### **As definições conceptuais de turismo**

Numa abordagem simplista poderíamos dizer que turismo é aquilo que os visitantes fazem o que, aliás, está implícito na definição da ONU/OMT quando o identifica com as “actividades das pessoas que viajam” mas nesse caso, o objecto do turismo confundir-se-ia com o sujeito. Equivaleria a negar o turismo como sistema tal como o concebem Kaspar (1976), Baud-Bovy e Lawson (1998), Gun (1994), Lainé (1989), Go (1998), entre outros.

Muitos investigadores consideram-no como um fenómeno, entre os quais, Fiquerola (1987), Buckart e Medlik (1981), Tribe (2006), Mathieson e Wall (1982) ou Papadopoulos

(1986), mas para outros “o turismo não é um fenómeno nem um simples conjunto de indústrias” porque é uma actividade humana que envolve movimentos e comportamentos humanos, o uso de recursos, a interacção com outras pessoas, económicas e ambiente (Bull, 1995).

Daí resulta que pode ser observado segundo diferentes pontos de vista em virtude “das suas estreitas relações com outras ciências sociais, incluindo a economia, a política, a sociologia, antropologia cultural, psicologia e mesmo o direito e a estatística” (Papadopoulos, 1986).

As várias ópticas segundo as quais o turismo pode ser observado é uma questão que não levanta objecções porque várias podem ser as percepções e as interpretações de um fenómeno que, antes de tudo, respeita ao homem na sua integridade e nada do que é humano lhe é alheio: enquanto ser ansioso que procura fora do seu ambiente satisfação ou experiências ou enquanto ser que recebe quem viaja sendo por isso beneficiado ou prejudicado.

O que importa é encontrar um conceito que alcance o consenso generalizado para garantir um referencial comum a quem dedica ao turismo trabalho e reflexão de qualquer natureza.

A dificuldade em consegui-lo resulta da complexidade das actividades e das relações que as viagens turísticas criam, das rápidas e constantes mudanças que ocorrem neste domínio e pela “imaturidade do turismo no campo do estudo” (Cooper et al. 2001). Esta ultima razão de dificuldade é a que tem de merecer a particular atenção dos investigadores.

Contudo, as definições que têm sido sugeridas ao longo dos tempos podem dar um contributo inestimável para caminhar no sentido de alcançar um consenso. Ao identificarmos as principais ou mais divulgadas ver-se-á que nelas se podem encontrar elementos ou denominadores comuns que revelam que as “rápidas e constantes mudanças” a que o turismo tem sido submetido, principalmente, ao longo dos últimos 50 anos, não constituem obstáculo intransponível.

A primeira definição terá surgido em 1910 da autoria do economista austríaco Herman Von Schullern zu Schrattenhofen (Bernecker, 1965) segundo o qual o turismo é “o

conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, estada e partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e, por consequência estão directamente ligadas entre eles”.

Esta definição não rejeitando fenómenos de outra natureza dá, contudo, primazia aos económicos e abrange apenas os visitantes estrangeiros que, nas concepções da época, eram os únicos que se consideravam como turistas. Identifica, contudo, o aparecimento de novos fenómenos (os económicos mas também os “de produção de transportes” e os “de vida social”) e realça a interdependência entre eles.

No mesmo ano Edmond Picard, da Universidade de Bruxelas, também citado por Bernecker, explica que a Indústria do Viajante é “o conjunto dos seus órgãos e do seu funcionamento” não só do ponto de vista do viajante mas principalmente dos valores que ele transporta e daqueles que, nos países visitados, aproveitam, directa ou indirectamente das despesas que ele faz para satisfazer as suas necessidades de instrução e de prazer”. A definição não prima pela clareza mas evidencia o funcionamento de órgãos resultantes da deslocação de viajantes e também das despesas que realiza e que fazem funcionar alguns órgãos directamente e outros indirectamente: o autor compreende o mecanismo dos efeitos directos e indirectos do turismo.

Mais tarde, em 1930, Borman (citado por Fuster, 1967), identifica o turismo como “o conjunto das viagens cujo objectivo é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporal. Não são turismo as viagens realizadas para deslocar-se ao local de trabalho”. Embora nesta definição não se refiram expressamente as viagens ao estrangeiro admite-se que estão nelas implícitas, mas o que é relevante é a afirmação do carácter temporal da deslocação, a exclusão do lugar de trabalho e o alargamento das razões de viagem aos negócios.

As definições dos vários autores identificados até aos anos trinta do século passado, não se referem à remuneração auferida durante a deslocação porque ela era inerente ao conceito. Aparece, no entanto, uma referência expressa a esta questão na definição de turista de Norwall (1936) que é aquele que (...) “gasta no país de estada temporária dinheiro que foi ganho noutra lugar” (Fuster, 1967) e que terá influenciado aquela que, em 1942, é formulada por Hunziker e Krapf.

Segundo estes autores o turismo “é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência das pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e experiências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária”.

Desta definição podem destacar-se 4 elementos de interesse:

- O turismo é um conjunto de relações e fenómenos que, contudo, não são explicitados
- Exige a deslocação para fora da residência habitual
- Não pode ser utilizado para o exercício de uma actividade remunerada
- Engloba qualquer pessoa, seja ou não residente, e qualquer local de destino, isto é, inclui o turismo doméstico e o receptor.

No entanto, não restringe a duração da permanência e a deslocação pode ser realizada por qualquer motivo salvo os que têm como objectivo o exercício de uma actividade remunerada. Foi adoptada pela Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme (AIEST) e prevaleceu durante muito tempo.

Mais moderadamente, Burkart e Medlik (1974), sugerem a necessidade de distinguir entre conceito e definições técnicas entendendo que o primeiro deve permitir identificar as características essenciais e distinguir o turismo de similares, muitas vezes relacionados, mas diferentes fenómenos (in Papadopoulos, 1968).

Com estes objectivos Kaspar (1981) define turismo “como o conjunto das relações e fenómenos resultantes da viagem e da estada de pessoas para as quais o lugar da estada não é nem a residência principal e durável nem o lugar usual de trabalho”. Trata-se de um conceito que não se afasta significativamente daquele que havia sido apresentado por Hunziker e Krapf mas introduz um elemento de dificuldade: “lugar usual de trabalho”. Não sendo o lugar usual pode sê-lo temporariamente, durante toda uma permanência, o que levaria a incluir no turismo as pessoas que se deslocam para auferir uma remuneração, o que é rejeitado por aqueles autores.

Por sua vez, em 1982, Mathienson e Wall tentam uma abordagem mais ampla considerando que o turismo “é o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos locais normais de residência e de trabalhos, as actividades realizadas durante a estada, e as facilidades criadas para satisfazer a necessidade dos turistas”. Esta definição enfatiza a

complexidade da actividade turística, deixa perceber as relações que ela envolve e pretende abarcar a procura e a oferta turísticas.

No entanto, revela algumas debilidades. Em primeiro lugar, não refere expressamente a ausência de remuneração que uma deslocação turística pressupõe; em segundo lugar, não é só nos destinos de permanência que quem se desloca desenvolve actividades mas também antes e durante a sua deslocação e, em terceiro lugar, exclui as “facilidades” não criadas que nos locais de destino satisfazem necessidades de quem se desloca e são essenciais ao conceito de turismo e indispensáveis à identificação das suas características tais como os recursos naturais e histórico-culturais.

Alguns anos mais tarde McIntosh et al. (1995), propõem uma definição segundo a qual o turismo “é a soma dos fenómenos e relações resultantes da interacção dos turistas, fornecedores de negócios, governos e comunidades anfitriãs no processo de atrair e receber estes turistas e outros visitantes”.

Ao analisar esta definição, Tribe (1997) considerou que ela poderia ser melhorada porque, em primeiro lugar, a sua última parte parece excessivamente complicada e as suas omissões poderão aumentar a expressão económica; em segundo lugar, ao termo “comunidades anfitriãs” pode ser acrescentado “ambientes” para ter em conta o ambiente físico e a comunidade humana e, em terceiro lugar, é preciso considerar não só os negócios e indivíduos nos países emissores mas também os governos, comunidades e ambiente nestes países.

Neste sentido modificou a referida definição substituindo-a por “a soma de fenómenos e relações resultantes da interacção nas regiões emissoras e receptoras, dos turistas, fornecedores de negócios, governos, comunidades e ambientes”.

Na opinião de Tribe, esta definição revela as dimensões chave do turismo: as relacionadas com os turistas (motivações, escolha, satisfação, interacção); as que se relacionam com os negócios (incluindo Marketing, organização e planeamento das empresas de transporte, hospitalidade e recreio); as relacionadas com a comunidade anfitriã (incluindo percepções, impactos económicos, sociais e culturais); as que se relacionam com o ambiente anfitrião (incluindo os impactos ecológicos); as relacionadas com os governos anfitriões (incluindo medidas do turismo, políticas e planeamento); as relacionadas com os países emissores (incluindo efeitos económicos, ambientais e culturais).

Claro que esta “ampla definição” pode ser utilizada para o estudo do turismo desde que, como o autor faz, seja acompanhada da lista daquilo que nela se pode conter, mas isso já podia suceder com a de Hunziker e Krapf porque nela pode estar tudo o que se quiser mas para isso não é necessário qualquer definição. Pelo menos para os fins pretendidos por Burkart e Medlik.

O conceito estabelecido por Tribe elimina a referência, contida no conceito de McIntosh et al., aos “outros visitantes”, isto é, aos visitantes do dia o que, depois da enumeração que faz das dimensões do turismo, não é relevante. Contudo, esquece uma realidade de enormes dimensões: em 2006 a Espanha (2º destino turístico mundial) recebeu 37,6 milhões de visitantes do dia (excursionistas) o que representa cerca de 40% do total dos visitantes (Datatur, 2006) e esta proporção, ou idêntica, é muito frequente noutros países.

Muitas outras definições se podiam referir (Go, Ryan, Przeclawsky, etc.) mas a intenção foi seleccionar as mais representativas apresentadas ao longo de todo o século XX na tentativa de identificar pontos comuns que ajudem a caminhar num sentido unificador.

Contudo pelas particularidades de que reveste e pela óptica por que encara o turismo referir-se-á, por último, a definição de Jafar-Jafari (cit. Beni, 2001) segundo o qual o “turismo é o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, económico e sócio-cultural da área receptora”. É uma definição que não se preocupa em identificar uma actividade mas antes eleger os domínios ou áreas de estudo do turismo. É, porém, relevante, porque, além disso, chama a atenção para a variedade dos fenómenos e das relações que nele se originam.

Importa, porém, referir, por último, o conceito “oficial” emanado da ONU/OMT que é o prevalentemente utilizado, segundo o qual “o turismo compreende as actividades das pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual, por não mais do que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros fins” (United Nations, 1994). Acrescenta-se que este conceito inclui o turismo entre países bem como no interior dos países e que se refere aos “turistas” e aos “visitantes do dia”.

Para melhor compreensão do conceito esclarece-se que os motivos, (fins ou propósitos), a que se refere não são as motivações das pessoas que estão na origem da decisão da viagem, mas sim aqueles que levam a escolher o lugar ou país particular visitado, agrupando-os em:

1. Lazeres, recreio e férias
2. Visitas a parentes e amigos
3. Negócios e motivos profissionais

4. Tratamento médico
5. Religião, peregrinação
6. Outros

Atento o conceito de visitante, que é o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo, não se percebe o alcance da definição de turismo acima referida.

Com efeito, ao falar em “pessoas”, desvia-se do conceito de visitante abandonando a “ausência da remuneração” que é um elemento básico da definição. Tendo, porém, em consideração o conceito de visitante então a definição apresentada resume-se a dizer que “turismo são as actividades dos visitantes”. Tudo o resto é tautologia.

Mas ao resumir o conceito de turismo “às actividades dos visitantes” remete-nos para a noção de que o turismo é apenas aquilo que fazem os visitantes. É, então, uma definição inútil.

No elenco dos motivos, elaborado para “medir os segmentos chave da procura turística para efeitos de planeamento, marketing e promoção”, o primeiro grupo confunde conceitos e é absurdo. Em primeiro lugar, o turismo é, na sua essência, e na maior parte, uma forma de recreio que, por sua vez, deriva de tempo de lazer (v.g., Gearing et al., 1976, Boniface et al. 1982, Baud – Bovy et al., 1998) e, em segundo lugar, “férias” constituem o tempo de interrupção anual das actividades profissionais sendo, portanto, uma parte de lazer.

Portanto, não se escolhe visitar um lugar ou país por “férias”. As férias são uma oportunidade para viajar e não um motivo nem de viagem nem de visita.

Deste modo, de todas as definições apresentadas, aquela que se revela mais frágil é a da ONU/OMT que não permite identificar as características essenciais do turismo nem distingui-lo “de outros fenómenos similares” (Burkart et al., 1974).

## **Resumo**

A revisão a que se precedeu das definições operacionais de visitante (para fins estatísticos) e dos conceitos de turismo revela algumas das suas fragilidades mas evidencia um avanço na procura da compreensão comum de um fenómeno dinâmico cuja amplitude se alarga à medida que mudam os modos de vida.

No essencial, podem identificar-se os seguintes elementos evidenciados pelos diversos conceitos de turismo ao longo de todo o século XX:

- Distinção entre definições técnicas e conceitos de turismo tendo como base aquelas;
- Deslocação temporal para fora do ambiente habitual de residência, sejam residentes ou não, levando à noção de zonas ou países emissores ou receptores;
- Ausência de remuneração no local ou locais visitados pressupondo a transferência de riqueza dos locais de onde ela é obtida para aqueles que são visitados;
- Motivos da deslocação proporcionados pelo lazer (recreio), negócios ou outros, que podem resultar de razões profissionais, sociais ou individuais com carácter compulsório;
- Geração de fenómenos e relações resultantes da deslocação temporal e que nascem da interacção, nas regiões emissoras e receptoras, entre visitantes, fornecedores de bens e serviços, governos, comunidades e ambientes;
- Interdependência dos fenómenos originados;
- Actividades realizadas por quem se desloca como visitante e facilidades criadas para satisfação das suas necessidades.

Nenhuma das definições inventariadas contempla, simultaneamente, todos estes elementos, embora muitas delas sejam comuns a grande parte delas. Não obstante, mesmo que alguma os contemplasse ficariam de fora outros que são necessários à compreensão e caracterização do turismo como actividade de múltiplas dimensões. É certo que uma definição não pode ser um “saco” transformado numa amálgama incompreensível, mas tem de ser suficientemente esclarecedora do objecto a definir.

### **Necessidades de revisão dos conceitos**

No plano conceptual há dois elementos que concedem ao turismo uma especificidade própria: a centralidade do consumidor e a importância dos recursos. Pelo primeiro, é o acto de consumo que qualifica uma actividade como turística e não o acto produtivo e, do segundo, resulta que a oferta turística ultrapassa largamente a produção turística porque comporta a utilização de recursos naturais, culturais e históricos, com natureza de bens públicos que, por si sós, originam uma grande parte da procura turística.

É a centralidade do consumidor, os actos de consumo sem relação com o rendimento, que enformam o conceito de turismo mas as decisões dos consumidores e a satisfação das suas necessidades estão em relação directa com as atracções e seus atributos nas regiões visitadas: os factores “pull”, do modelo de Crompton (1974).

Por outro lado, o turismo não pode desvalorizar o “lado da procura da sua esfera de definição”, devendo delinear uma estrutura conceptual baseada na oferta (supply-based) (United

Nations, 1994), tanto mais que muitos dos factores da oferta (supply – side) influenciam o volume de procura (Lickorish et al., 1997).

De facto as pessoas deslocam-se para lugares onde existem atractivos que correspondem a uma grande variedade de necessidades que, para serem satisfeitas, exigem, por sua vez, uma grande variedade de bens e serviços: transporte, alimentação, alojamento, diversão, cuidados de saúde, desporto e muitas outras. Os lugares onde existem elementos de atracção ligados à natureza e à acção do homem dão origem a destinos que se transformam em espaços territoriais complexos e, onde a produção de bens e serviços é proporcionada por organizações, empresas e profissões muito variadas com objectivos idênticos: proporcionar experiências e satisfação aos visitantes.

As viagens turísticas implicam sempre uma deslocação mas a maior parte delas, ocorre para lugares onde existem atractivos (tangíveis ou intangíveis) com a natureza de bens públicos que não foram criados para satisfazer as necessidades dos visitantes.

Então o turismo tem de ser encarado como a deslocação de pessoas e dos fenómenos e relações que originam, como “um acto social que permite às pessoas expressarem-se a si próprias”(Go, 1998), mas também como um sistema de atracções, acessibilidades, empresas e organizações.

Algumas definições não esquecem as “actividades praticadas pelos visitantes” nem “as facilidades criadas para satisfazerem as suas necessidades”, mas são insuficientes.

Ou seja, a definição de turismo não pode ser completa sem considerar, além dos elementos já citados, também os seguintes que contribuem para a sua caracterização:

- Ausência de relações duradouras com os locais visitados significando ausência da recomposição de novos modos de vida;
- Lugares caracterizados pela existência de elementos, tangíveis e intangíveis, com capacidade para exercer uma atracção de pessoas;
- Nascimento de actividades e equipamentos diferentes daqueles que são exigidos pelos residentes;
- Efeitos económicos, sociais, culturais, psicológicos e ambientais novos;
- Geração de fenómenos pelas transformações operadas nos destinos e nas vias de acesso com o fim de atrair e receber visitantes.

Nos últimos anos têm surgido com origem nos meios de comunicação social, na literatura, nas agências de viagens, nos organismos públicos e em planos e programas de desenvolvimento, um

vastíssimo conjunto de designações de turismo que arriscam a torná-lo incompreensível e sem conteúdo (v. lista). Uma vez, trata-se de tipos ou de produtos turísticos mas outras vezes, são segmentos de mercado, ou apenas “slogans publicitários”, mas, quase sempre são apresentados como algo distintivo, com conteúdo próprio e como formas de estruturação de uma actividade específica adentro do turismo.

No entanto, em muitos casos, pode observar-se que certas designações surgem para tirar proveito de benefícios que o turismo proporciona (v.g. turismo residencial, turismo médico), para dar cobertura a actividades repugnantes ou ilícitas (v.g. Turismo sexual, droga) ou para criar uma certa imagem (v.g. turismo de charme, turismo sensorial). Apesar disso, são objecto da investigação

### Lista de designações de Turismo

Turismo gay e lésbico	Turismo náutico
Turismo cultural	Turismo temático
Enoturismo (Wine Tourism)	Turismo histórico
Turismo gastronómico	Turismo de pobreza
Turismo sexual	Turismo de voluntariado
Turismo sensorial	Agroturismo
Turismo de saúde	Turismo ecológico
Turismo de bem-estar	Ecoturismo
Turismo ornitológico	Turismo de desporto
Turismo étnico	Sight – seeking
Geoturismo	Turismo de guerra
Turismo de sol e praia	Turismo de negócios
Turismo de recreio	Turismo de golfe
Turismo de colheita (gathering)	Turismo de montanha
Turismo itinerante (touring)	Turismo de neve
Turismo rural	Turismo de proximidade
Turismo náutico	Termalismo
Turismo de compras	Talassoterapia
Turismo de charme	Climatismo
Turismo residencial	Turismo de aventura
Turismo médico	Turismo industrial
Turismo sénior	Turismo cinegético
Turismo juvenil	Turismo religioso
Turismo da 3ª idade	Turismo espiritual
Turismo de natureza	Turismo verde
Turismo ambiental	Turismo fluvial
Turismo urbano	Cruzeiros
Turismo alternativo	Turismo social
Turismo gastronómico	Trekking
Turismo de mergulho	Turismo de deserto
City breaks	Turismo espacial
Turismo de catástrofe	Turismo activo

Fonte: Jornais, revistas, livros, internet, folhetos e brochuras.

e publicação científica no mesmo plano que os produtos turísticos criados e estruturados com objectivos de prosseguimento de políticas de desenvolvimento turístico tais como o turismo cultural, o turismo de sol e praia, o turismo de negócios ou o turismo de saúde e bem-estar, o que contribui para lhes atribuir idêntica dignidade e papel da mesma natureza.

As dinâmicas da sociedade, as alterações dos estilos de vida e das relações entre o ser humano e a natureza e outros agentes de mudança sociais e culturais conduzem a novos tipos de turismo e à criação de produtos novos, mas não implicam, necessariamente, a proliferação, muitas vezes, irracional, de designações sem conteúdo. Tais designações não enriquecem o turismo mas diminuem-lhe a capacidade de ganhar credibilidade científica porque lhe retiram rigor.

É, então, necessário ter cuidado com a adopção de designações que pretendem integrar no conceito de turismo realidades não testadas ou avaliadas e sem conteúdo validado cientificamente. Com efeito, a epistemologia do turismo tem por objectivo, entre outros, o de “indagar o carácter do turismo” e o “uso de conceitos” (Tribe, 1997).

Quando o conceito de turismo é desligado da oferta, como quase sempre tem acontecido, aumentam as dificuldades em definir o seu âmbito, por natureza indelimitável, e desliga-se da sua base de sustentação. Há sempre uma motivação na decisão de viajar (*push*) mas há também sempre um atractivo, uma qualidade ou um atributo (*pull*) que leva à deslocação.

Em consequência é necessário considerar a interpenetração entre a procura e a oferta para a compreensão completa e integral do fenómeno turístico.

Exemplifiquemos com o chamado turismo médico. Por um lado, as estadas em hospitais e outras instituições médicas, prescritas por um médico, não são decididas como acto voluntario pelo paciente, e são pagas pelo Estado ou seguro de saúde (Luthico, 2004) e, por outro lado, um hospital não é um estabelecimento de alojamento turístico não podendo ser qualificado como uma actividade característica do turismo. Consequentemente tais estadas não podem ser consideradas como turísticas e as actividades desenvolvidas pela deslocação também não. É, no entanto, frequente falar-se em “turismo médico” ou em “turismo de saúde” com o mesmo sentido.

Idêntico raciocínio poderemos seguir no sentido inverso. Um destino concebido e planeado para receber turistas, com infra-estruturas e equipamentos adequados, pelo critério da centralidade do consumidor, só é turístico quando começa a ser frequentado por visitantes, isto é, quando os actos de consumo turístico o qualificam como tal. Se, por qualquer circunstancia, esse destino ficar improdutivo temporariamente, não podendo receber visitantes, pelo mesmo critério, perderia a qualificação turística. No entanto, isso só poderá acontecer se passar a ser utilizado apenas pelos

residentes porque a natureza de destino é turística e as actividades que nele foram desenvolvidas são características do turismo.

## **Conclusão**

Ao longo do presente trabalho procuraram identificar-se os aspectos, as ambiguidades e as contradições das definições existentes de turismo, tanto do ponto de vista técnico como conceptual, que levantam sérias dificuldades à sua compreensão e à identificação daquilo que nele cabe ou não.

Ao mesmo tempo identificaram-se os elementos caracterizadores do turismo que devem estar presentes na sua definição e os que dela devem ser excluídos.

Concluímos que as definições existentes, pelas insuficiências que revelam ou pelas ambiguidades de que padecem, não são adequadas nem abarcam a totalidade do turismo. Não no sentido de estabelecer limites inaceitáveis num domínio sujeito a mudanças e transformações constantes, mas no sentido da sua compreensão como fenómeno humano com incidências, simultaneamente, económicas, sociais, culturais, psicológicas, geográficas, ambientais e políticas.

A fim de contribuir para estabelecer uma definição consensual sugerimos, como base de discussão, a seguinte:

**Turismo:** é o conjunto das actividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocações, as atracções e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de umas e de outras.

Esta definição comporta os seguintes elementos:

- Conjunto de actividades desenvolvidas por visitantes: todas aquelas que constam do anexo D do *Manuel Technique (OMT)* excluindo expressamente as actividades ilícitas;
- Visitantes: de acordo com a definição da UN/WTO envolvendo as razões de visita por ela descritas (United Nations, 1994) como recusa expressa do motivo “férias”;
- Deslocação: movimento de visitantes dos lugares de origem e de destino (zonas emissoras, de trânsito e receptoras), as actividades realizadas antes, durante e permanência, os transportes e acessibilidades;
- Atracções e meios: elementos naturais e artificiais, tangíveis e intangíveis, que originam deslocações, expressões e manifestações de carácter cultural ou não, eventos, centros de reuniões e exposições, promoção e comercialização;

- Facilidades criadas: infra-estruturas, actividades características e conexas do turismo, hospitalidade e acolhimento;
- Fenómenos e relações: fenómenos económicos, psicológicos, sociais, culturais, políticos geográficos e ambientais originados pelas deslocações dos visitantes mas também provocados pelas transformações operadas com vista a atraí-los e recebê-los; interacções entre visitantes e comunidades.

Os elementos contidos na definição proposta não são exaustivos mas apenas indicativos do seu significado.

## Referências Bibliográficas

- Bacon, Francis, 1612, Of Travel, in Pierre Aisner e Christine P., La Rueé vers de Soleil, Le Tourisme à Destination du Tiers Monde, L'Artmattan, Paris, 1983
- Baud- Bovy, Manuel and Lawson Fred, 1998, Tourism and Recreation Handbook of Planning and Design, Architectural Press, 1998
- Beni, Mario Carlos, 2001, Análise Estrutural do Turismo, Quinta edição, Editora Senac, São Paulo
- Bernecker, P., 1965 (?), Les Fondements du Tourisme, Cours d'Etudes Touristiques, UIOOT, Union International des Organismes Officiels du Tourisme
- Boniface, G. Brian an Cooper C. Christopher, 1998, The Geography of Travel and Tourism, Butterworth Heinemann
- Boyer, Marc, 2002, Histoire de L'Invention du Tourisme, XVI – XIX siècles, L'aube, essai
- Bull, Adrian, 1995, The Economics os Travel and Tourism, 2<sup>nd</sup> edition, Longman
- Cooper Chris, Flechter John, Wanhill Stephen, Gilbert David and Shepered Rebecca, 2001, Turismo, Princípios e Práticas, Artmed Editora, São Paulo
- Crompton, John L, 1979, Motivation of Pleasure Vocation, Annals of Tourism Research, (6/4)
- Datur, 2006, Coyuntura Turistica, 2006, Instituto de Estudios Turisticos
- Fuster, Fernandez Luis, 1967, Teoria y técnica del Turismo, Mundo Cientifico, série Turismo, Editora Nacional Madrid
- Figuerola, Manuel, 1985, Teoria Economica del Turismo, Alianza Editorial, Madrid
- Gearing E. Charles, Swart W. William, Var Targut, 1976, An Overview of Quantitative Techniques Applied to Tourism Planning and Decisions, Planning for Tourism Developpment, Quantitative Approaches, Praeger Publications
- Go M. Frank, 1998, Globalization and emerging tourism and education issues, Global Tourism, 2<sup>nd</sup> edition, Edited by William F. Theobald, Butterworth Heinemann
- Gunn, Clare A., 1994, Tourism Planning, 2<sup>nd</sup> edition, Taylor and Francis

Herculano, Alexandre, 1838, Para uma Associação de Defesa do Património, in Candido Beirante/Jorge Custódio, Alexandre Herculano, Um homem e uma ideologia, Livraria Bertrand, 1979

Hunziker, W. e Krapf K., 1942, Allgemeine Fremdenverkehrshhre, Zurich

IUOTO, 1973, International Travel Statistics, International Union of Official Travel Organizations (IUOTO)

Kaspar, C., 1981, Loisirs, Recreation, Tourisme – Une introduction au theme generale du 31<sup>o</sup> Congrès AIEST – Leisure – Recreation – Tourism, Main papers prepared for the 31<sup>st</sup> AIEST Annual Congress, Cardiff, Publication of AIEST, International Association of Scientific Experts on Tourism, 1981, Edition AIEST, Berne

Lainé, Pierre, 1989, Tourisme et Théorie du Système Général, Sensibilisation à l'Approche Systémique du Tourisme, Centre des Hautes Études Touristiques, Aix-en-Provence

Locke, Locke`s Travel in France, 1675-1679, Cambridge, John Lough, 1953

Luthico, Arto, 2004, The Implementation of the Eurostat Methodology on Tourism Statistics. Problems Encountered, Possibilities for Adaptation and Further Proceedings, International Forum, on Tourism Statistics 1994-2004, Monography Number, Estudios Turisticos, nº 161-162 / 2004

Mathieson, Alister and Wall Geoffrey, 1982, Tourism Economic Physical and Social Impacts, Longman, England

Mc Intosh, Goeldner, Ritchie, 1995, Tourism, Principles, Practices, Philosophies, seven edition, John Wiley & Sons, Inc New York

Montaigne, Journal de Voyages em Italie par la Suisse et L`Allemagne en 1580 et 1581, Garnin Frères, Paris, 1942

OMT – Organização Mundial de Turismo, 1999, Conta Satélite do Turismo, Quadro Conceptual, Madrid

OMT – Concepts, Definitions et classifications pour les Statistiques du Tourisme, Manuel Technique

Stendhal, o Vermelho e Negro, 1930

Tribe, John, 1997, The Indiscipline of Tourisme, Annals of Tourism Research, vol. 24, n° 3 pp. 638-657

Tribe, John, 2006, The Truth About Tourism, Annals of Tourism Research, vol. 33, n°2 pp. 360-381

United Nations, World Tourism Organization, 1994, Recommendations on Tourisme Statistics, Serie M, n° 83, United Nations, Ney York 1994